



Comunicação Midiática

Revista Comunicação Midiática

ISSN: 2236-8000

v.17, n.2, p.181-188, jul-dez 2022

Vida sustentável, ancestralidades, representação midiática e o apagamento histórico de povos originários na visão de Daniel Munduruku

Vida sostenible, ascendencia, representación mediática y El borrado histórico de los pueblos originarios en la mirada de Daniel Munduruku

Sustainable life, ancestry, media representation and the historical erasure of native peoples in the view of Daniel Munduruku

Raquel Cabral

Doutora em Comunicação Institucional pela Universitat Jaume I – Espanha. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNESP – Universidade Estadual Paulista, Bauru-SP. raquel.cabral@unesp.br

Diuan Feltrin

Doutorando do programa de pós-graduação em Comunicação da FAAC da UNESP (Universidade Estadual Paulista), Bauru-SP. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). diuan.feltrin@unesp.brE-mail

José Augusto dos Santos Magalhães

Mestrando em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da FAAC da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP- Bauru-SP. jose.as.magalhaes@unesp.br

Diversas formas de violência incidem sobre os povos originários no Brasil, com destaque para as constantes tentativas de impor silenciamentos e, conseqüentemente, desencadear o apagamento das expressões culturais desses povos. O poder econômico, no anseio de produzir e gerar lucros, promove a exploração de territórios até então protegidos por comunidades tradicionais, culminando em um verdadeiro extermínio. A exemplo, assistimos no início de 2023 às denúncias relacionadas ao garimpo ilegal nas terras Yanomami, que desencadeou um cenário de guerra, com indígenas, incluindo crianças, em situação de total desamparo.

A insistência do sistema capitalista em promover cisões na sociedade, vai ao encontro da argumentação de Góes (2021)¹ acerca da profunda crise de humanidade vivida pela sociedade. Segundo o autor, o próprio conceito de “humano”, formulado no século XV, fabricou o seu oposto, isto é, o não-humano, acentuando e reforçando abismos. Isso nos leva a compreender a gênese dos marcadores sociais de desigualdade, tais como raça, gênero, classe, religião, nacionalidade, entre outros. “Nosso percurso humano experimenta uma contemporaneidade lastreada por marcas de colonialidades, medos, violências, falsas moralidades e que fazem erguer fronteiras entre o nós e os Outros, apesar de sermos, ontologicamente, o Mesmo Ser” (GÓES, 2021, p. 126, com destaques do autor).

Diante deste cenário, apresentamos a visão do filósofo, professor, escritor e ativista indígena Daniel Munduruku. Nesta entrevista, Munduruku traz importantes reflexões sobre a situação dos povos indígenas na contemporaneidade, com destaque para as diversas formas de violência que afetam as comunidades indígenas em todo o Brasil. Ademais, Munduruku apresenta visões críticas sobre a inserção dos povos indígenas na sociedade, principalmente em instâncias como o ensino superior, a literatura e a representação na mídia.

A entrevista está organizada em três eixos temáticos: 1) Aspectos gerais do bem-viver e do conceito de vida sustentável, também presente na Agenda 2030; 2) Violência, linguagem e representação midiática; 3) Políticas Públicas, sistema educacional, inserção e permanência no ensino superior e perspectivas sobre o futuro.

Daniel Munduruku Monteiro Costa



Fonte: Agência
Ophelia / Itaú Cultural

É um escritor, professor e ativista indígena brasileiro. Tem doutorado em Educação, pela Universidade de São Paulo e Pós-doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos. Suas obras literárias são sobretudo dirigidas ao público infanto-juvenil e tem como tema principal a cultura indígena. Ademais, ele é um defensor ativo dos direitos dos povos indígenas e tem trabalhado para promover a conscientização sobre a importância da preservação das culturas dos povos nativos do Brasil.

Munduruku é autor de diversas obras literárias, dentre elas: O banquete dos deuses – conversa sobre a origem e a cultura brasileira (2013) e Contos indígenas brasileiros (2016). Muitos de seus livros são considerados altamente

recomendáveis pela Fundação Nacional para o Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ). Recebeu diversos prêmios, entre eles o Prêmio Jabuti na categoria Literatura Infantil e Juvenil em 2018. Também recebeu uma menção de honra da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Prêmio Literatura para Crianças e Jovens na Questão da Tolerância e foi declarado Comendador da Ordem do Mérito Cultural pela Presidência da República em 2013.

Em questões políticas, Munduruku é membro do Partido Democrático Trabalhista (PDT), pelo qual concorreu a deputado federal por São Paulo em 2022. Além de sua atividade literária, ele também atua como professor e palestrante, por meio do qual promove uma visão mais ampla e plural dos povos nativos brasileiros.

Aspectos Gerais e Bem Viver e Vida Sustentável

Revista Comunicação Midiática: Daniel, em seus vídeos e textos publicados você fala sobre o entendimento do ser humano e natureza como sendo uma coisa só. Integrados. Partindo dessa ideia, como você vê o debate sobre a sustentabilidade hoje, principalmente diante da agenda de governança global que é a Agenda 2030 da ONU?

Daniel Munduruku: Costumo dizer que sou um brasileiro nascido Munduruku, para lembrar que o Brasil é um território com uma diversidade cultural e linguística muito grande, que vai além do português brasileiro não europeu, o que mostra a influência das línguas indígenas e africanas. Nesse sentido, sou muito crítico em relação ao “sistema”, pois aquilo que ele não cria, se apropria. Quando compreendemos a sociedade capitalista, entendemos que o que ela sabe fazer é se apropriar daquilo que vende, tanto na questão financeira quanto no que se refere às ideias.

Não tenho a ilusão de que qualquer conceito seja capaz de mudar a ideia das pessoas. Talvez possa gerar mudanças individualmente, mas não de forma coletiva. Isto ocorre porque o sistema não quer que pensemos em coletividade e, por isso, tende a combater todo e qualquer avanço embasado na coletividade, a exemplo do que ocorre com os indígenas, quilombolas e outros grupos que se organizam coletivamente.

O sistema permite que uma mudança ou outra ocorra, pois, de tão consolidado que é, uma pequena parcela de mudança não irá trazer grandes consequências para a solidez do sistema. Quando penso no Bem Viver, quero pensar que é possível, ainda que minimamente, utilizar o sistema para ter acesso a tudo aquilo que é positivo e que aumente nas pessoas o sentido de pertencimento. Quando trago a ideia da ecologia, de nos sentirmos, de fato, seres humanos integrados com a natureza, eu quero convidar as pessoas a, justamente, se sentirem parte desse grande sistema que não é o econômico, mas o da natureza, ou seja, assumir a natureza como uma parceira de vida.

Revista Comunicação Midiática: Recentemente acompanhamos a situação sofrida pelos indígenas Yanomami no Brasil. Casos de malária e desnutrição profunda mostram um cenário lamentável de abandono em relação às comunidades afetadas. Foram mais de mil

indígenas resgatados nessa situação. De que forma podemos relacionar a responsabilidade do Estado diante do que aconteceu?

Daniel Munduruku: O Estado existe para fazer valer a ordem imposta pelo sistema. Desse modo, quando o próprio Estado exclui uma comunidade, ele gera uma comoção nas pessoas, despertando o sentimento de solidariedade, o que não gera, em contrapartida, uma mudança efetiva.

O que ocorreu com os Yanomami é o resultado de um sistema que precisa chamar atenção e, portanto, usa seus instrumentos e instituições para que isso aconteça. A própria existência da ONU, ou seja, “Nações Unidas”, por exemplo, pressupõe que existem nações que não são tão unidas assim, e são, na verdade, “combatidas”. É a forma usada pelo sistema para se manter.

As sociedades indígenas se organizam coletivamente, mas o Estado segue na direção oposta. Essa coletividade é a última fronteira a ser superada pelo sistema capitalista, pois os indígenas sempre resistiram e foram resilientes ao longo do tempo, mantendo seu próprio sistema econômico e de organização social que questiona o capitalismo. Este, por sua vez, tenta destruir o Bem Viver indígena por meio de regalias e privilégios, que são frequentemente noticiadas à sociedade de forma equivocada.

O Brasil não conhece os povos indígenas, pois o capitalismo confundiu a mente das pessoas, que acreditam que aquilo que aprenderam na escola é o verdadeiro, ou seja, os indígenas são vistos meramente como pessoas que precisam ser “integradas” à sociedade.

Eu diria que tudo isso que vem acontecendo tem a ver com o modelo de política pública que é desenvolvido, relacionado ao poder do colonizador. Quando vemos o Brasil, principalmente no último governo, percebemos a trajetória militar do país, que traz consequências para esse pensamento da atualidade, cuja tendência é sempre o combate ao coletivo.

Violência, linguagem e representação midiática

Revista Comunicação Midiática: Percebemos no decorrer da história que os povos originários são vítimas de diversas tentativas de silenciamento e apagamento. Estamos assistindo ao genocídio da comunidade Yanomami, motivado principalmente pela ação do garimpo ilegal e pela falta de fiscalização contra essas práticas. Partindo do seu ponto de vista, quais estratégias deveriam ser assumidas pela sociedade para ressignificar as estruturas de violência que afetam os povos originários?

Daniel Munduruku: Primeiramente, precisamos pensar “que sociedade é essa?”. A sociedade brasileira está bem dividida ideologicamente, haja vista o resultado das últimas eleições presidenciais, além do fato de que os votos à esquerda nem sempre correspondem à valorização das causas indígenas. E precisamos considerar que o sistema capitalista tende a convencer as pessoas a aderirem às suas causas.

Após longos anos de resistência, atualmente temos indígenas que chegam à universidade e que percebem que é possível pensar na economia sem esquecer do compromisso ambiental; por outro lado, há muitos intelectuais indígenas que são favoráveis

aos sistemas de exploração ambiental, mas, pensando em uma dimensão coletiva, consideram as possibilidades de angariar melhorias às próprias comunidades. Por outro lado, alguns grupos estão inseridos em um contexto urbano capitalista, de tal forma que os pensamentos e práticas são moldados a partir deste local, desvinculado do viés coletivo.

Quando pensamos nas distinções entre indígenas do mato e indígenas da cidade, refletimos sobre como as políticas públicas podem ser articuladas para contemplar estes povos. O Estado brasileiro foi muito feliz ao criar o Ministério dos Povos Indígenas como caminho para se pensar em políticas públicas voltadas a estes povos. Porém, o próprio Estado há de entender, muito em breve, que combater o sistema não é tão simples. Pessoalmente, temo que este ministério possa não ter vida longa da forma como foi articulado.

A pequena parcela da sociedade que ainda tem consciência acerca dos povos indígenas e das causas ambientais precisa se mobilizar para agilizar a criação de leis de proteção a estes povos. Na democracia não existe outra possibilidade de proteção às comunidades indígenas que não passe pela legislação, como forma de garantia mínima de sobrevivência. A lei nº 11.645, por exemplo, é importante, pois ajuda o Brasil a pensar nos povos indígenas, mas, como toda lei vinculada à educação, é superlenta e levará um tempo para ser, de fato, colocada em prática e criar consciência social. Penso que ainda é necessário focar na elaboração de muitas leis direcionadas aos direitos dos povos indígenas.

Revista Comunicação Midiática: Imagens estereotipadas dos povos originários tomam conta do imaginário popular. No sistema educacional e até mesmo na mídia, vemos as comunidades indígenas sendo rerepresentadas muitas vezes de forma caricata e folclórica. Nesse sentido, sua literatura desempenha uma função transformadora, na medida em que confere uma nova forma de olhar para esses povos. Como a literatura indígena, principalmente voltada para o público infantil, pode ser uma possibilidade de ruptura com a cultura da violência que afeta os povos originários? No seu entendimento, o que falta para que o mercado editorial valorize a divulgação de obras de autores e autoras indígenas?

Daniel Munduruku: Considero-me um educador que escreve e um escritor que educa, por isso, tenho um olhar esperançoso sobre a literatura e a vejo como estimuladora de um processo de “despertar” das pessoas. Espero que a literatura indígena desencadeie esse processo de despertar social diante das causas destes povos. Na condição de um educador que escreve, penso que a literatura desempenha uma função importante, principalmente para as novas gerações, que poderão crescer com um outro olhar. Creio que o mundo só não está pior porque existe a literatura.

A literatura indígena é uma das mais importantes expressões literárias no Brasil nos últimos anos, principalmente por se tratar de um estilo literário dotado de originalidade, fazendo com que os leitores se sintam provocados à condição de pertencimento a este local chamado Brasil.

Sobre o mercado editorial brasileiro, é perceptível uma supervalorização de títulos que resultam em vendas; daí a prevalência de obras estrangeiras. O mercado editorial não está comprometido com o Brasil. Nesse sentido, o Estado deveria atuar como um incentivador de nossa literatura.

Por outro lado, vemos um crescimento da literatura indígena, sobretudo a partir de 2008, quando houve a publicação de muitos editais voltados para a compra de livros para crianças e jovens. Alguns desses livros traziam a temática indígena, o que fez com que o mercado editorial percebesse que existia, ali, um nicho de produção. Assim, começaram a investir na produção de livros de autores não-indígenas escrevendo sobre temáticas indígenas.

Posteriormente, o MEC (Ministério da Educação), alertou para a necessidade de se valorizar autores e autoras indígenas, com a finalidade de ampliar essas vozes e escapar de visões estereotipadas e genéricas acerca dos povos indígenas. Percebe-se, portanto, a importância do papel do Estado nesse processo. Se o Estado investir, o mercado editorial também investirá no segmento. Novos editais devem aparecer em breve, o que pode reacender o olhar do mercado editorial para as minorias.

Sobre autores indígenas, é preciso dizer que ainda existem aqueles que reproduzem estereótipos, visto que estão inseridos neste sistema opressor.

Revista Comunicação Midiática: Qual a sua percepção sobre a representação dos povos indígenas na mídia hegemônica brasileira? Há alguma mídia contra-hegemônica (independente) que tenha os povos originários como foco?

Daniel Munduruku: Do ponto de vista da produção de conteúdos, especialmente noticiosos, não existe nenhuma iniciativa que seja protagonizada por indígenas. Temos parceiros, como é o caso da jornalista Eliane Brum, com sua iniciativa Samaúma, e canais como a TVT, que apresentam um discurso contra-hegemônico. Temos também a Rádio Yandê, que é a única rádio indígena com expressão nacional e internacional. Existem algumas mídias tradicionais que convidam indígenas para escrever, como é o caso da Folha de S. Paulo e do Portal UOL, por exemplo, que concedem espaço para articulistas indígenas, mas ainda com pouca frequência e visibilidade.

Acredito que com a formação de novos profissionais indígenas no campo da comunicação midiática e das ciências humanas, em geral, pode ser que esses povos comecem a marcar presença neste segmento. Temos indígenas no Instagram, Tiktok, etc., porém, com foco no entretenimento, o que não gera impactos contundentes na sociedade.

Políticas Públicas, sistema educacional e as culturas indígenas e perspectivas sobre o futuro

Revista Comunicação Midiática: Gostariamos que você comentasse sobre a educação indígena. Até 2019 estávamos acompanhando um aumento dos estudantes indígenas que ingressaram no ensino superior. Durante a pandemia esse número caiu e o índice de evasão aumentou. Partindo desse cenário, na sua visão, qual a importância do ensino superior para os indígenas?

Daniel Munduruku: Tenho duas posições sobre esse assunto: a primeira é que temos que ampliar essa participação indígena nas IES, o que ajudaria a criar novas vozes mais qualificadas, capazes de compreender o sistema, ajudando-o a pensar sobre si mesmo. Esse

acesso ao ensino superior possibilitaria ao indígena ocupar cargos em empresas e cadeiras em órgãos públicos. O caminho da universidade qualifica a posição dos indígenas perante a sociedade.

A segunda posição é que nem todo indígena nasceu para cursar o ensino superior. Os indígenas muitas vezes não estão preparados para isso, e a universidade faz questão de ser preconceituosa e manter uma postura de superioridade, frustrando o talento indígena e fazendo com que eles desistam, se sentindo desfavorecidos.

A educação básica, que é deficitária, acaba se tornando ainda mais precária para os indígenas, pois eles chegam ao cenário urbano na expectativa de aprender algo que intelectualmente não estão preparados. No caso do acesso às universidades, ainda há os aspectos relacionados à organização acadêmica. Vejo que existem muitos indígenas que têm talento para desenvolver outras habilidades e não necessariamente a vida acadêmica.

Se as universidades acreditam que os indígenas devam ter acesso ao ensino superior, precisam criar condições para isso. O brasileiro indígena traz consigo aspectos que podem acrescentar muito à universidade. Ele vem com uma cultura inteira dentro de si e não se trata de uma “tábula rasa”. Ser indígena em contexto de floresta é ser um pesquisador nato, e as IES poderiam investir nesse conhecimento.

Revista Comunicação Midiática: Daniel, em 2022 completamos 10 anos da implantação da lei de cotas nas universidades públicas do país. Ainda assim, atualmente, 72% dos estudantes indígenas estão nas IES privadas. Nesse contexto, de que forma você acredita que a comunicação pode influenciar na inserção dos indígenas no ensino superior?

Daniel Munduruku: Com certeza a comunicação é muito importante para que os indígenas tomem conhecimento e possam estar nas universidades. Existem mídias alternativas, porém, muitos tendem a consumir conteúdos que estão na moda. Nesse sentido, penso que a comunicação de interesse público precisa chegar de outra forma às comunidades indígenas. Uma possibilidade seria comunicar na língua dos próprios povos. Se um Munduruku, por exemplo, pudesse acessar a Internet e ver informações em sua própria língua, certamente ele teria mais interesse. Enquanto os conteúdos forem elaborados somente em português, a comunicação com as comunidades indígenas não será plena.

Sobre as IES, temos alguns bons exemplos, como a UNICAMP, que abriu seu vestibular em vários pontos do Brasil, tendo como objetivo garantir possibilidades de acesso aos estudantes indígenas, que puderam realizar o processo seletivo em seus próprios territórios.

Uma forma de proteger a história desses povos seria traduzir os livros com mais literatura em línguas indígenas. Isso seria uma responsabilidade do Estado, buscando se preocupar com a inclusão de todos. A oferta da gramática indígena seria a melhor opção.

Revista Comunicação Midiática: Daniel, gostaria de deixar um comentário ou reflexão final nesta entrevista?

Daniel Munduruku: Agradeço a oportunidade de falar sobre essas temáticas. O Brasil sempre fez pouco esforço para entender os povos indígenas, mas, por outro lado, deseja todo o bônus, resultando na exploração do minério e da natureza. O ônus, porém,

fica com os indígenas, que sempre se esforçaram para preservar o Brasil. Essa cultura de exploração acarretou a perda e transformação de cultura, distúrbios sociais e violência dentro das comunidades. A entrada de outras pessoas nas comunidades despertou até mesmo a agressividade dos indígenas entre si. O próprio Estado alimentou esse processo, concedendo terras para colonizadores e impondo um modelo de sociedade para os indígenas. As comunidades, por sua vez, acreditaram nesse processo de exploração, por acreditarem na narrativa de que estariam ajudando o Brasil. No entanto, todo esse processo causou morte e dor.

Queria muito acreditar que um dia o Brasil compreenderá que sem os povos indígenas o país fica mais pobre. Temos riquezas naturais, mas ficaremos pobres de costumes, saberes e tradições. Quero acreditar que ainda veremos isso e seremos responsáveis por fazer isso acontecer. Acredito na potencialidade do Brasil e na sua ancestralidade adormecida.



Fonte: Fotograma do vídeo com a entrevista de Daniel realizada no dia 02 de março de 2023 via Google Meet.

Recebido em: 10 fev. 2023

Aceito em: 15 abr. 2023

1. GÓES, José Cristian. O encontro da comunicação em Paulo Freire para tempos de desencontro. In: PELÚCIO, Larissa; CABRAL, Raquel (Orgs.). Comunicação, contradições narrativas e desinformação em contextos contemporâneos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 125-139.